

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1778271 - PE (2018/0293406-8)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : LIDERMAC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADOS : CELSO LUIZ DE OLIVEIRA - PE000495
ALDEMIR FERREIRA DE PAULA AUGUSTO E
OUTRO(S) - PE020301
TIAGO TENÓRIO FILGUEIRA - PE026500
AGRAVADO : DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO
MINERAL - DNPM

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. BACENJUD. INTIMAÇÃO. OCORRÊNCIA. CITAÇÃO POR EDITAL. EMPRESA NÃO LOCALIZADA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

2. Não há violação do art. 1.022 do CPC/2015 quando o Tribunal de origem se manifesta de forma clara, coerente e fundamentada sobre as teses relevantes à solução do litúgio.

3. Esta Corte já se pronunciou no sentido de que a ciência inequívoca do executado acerca da penhora via bloqueio *online* de ativos em nome do executado dispensa sua intimação formal, quando, a partir daí, tem início o prazo para a impugnação da constrição, sendo certo que, no caso concreto, houve a intimação.

4. O Tribunal *a quo* expressamente consignou que a empresa não foi localizada no endereço por ela mesma informada, conforme certificado por oficial de justiça, sendo certo que a revisão dessa conclusão implica reexame de matéria fático-probatória, nos termos da Súmula 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

5. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 11 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria
Relator